

## COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*Marcos Rodrigues Pinto<sup>1</sup>; Sara M. Sousa Nogueira<sup>2</sup>;  
Francisco Suetônio Bastos Mota<sup>3</sup>; Marco Aurélio Holanda de Castro<sup>4</sup>*

**RESUMO** – A Educação Ambiental ganhou relevância a partir do ano de 1972 com a Conferência de Estocolmo. No Brasil, as discussões a respeito do assunto ganharam notoriedade desde a ECO 92. O papel da comunicação social na disseminação de uma consciência global dos problemas do meio ambiente é fundamental. Apresentamos um panorama sobre a educação ambiental e comunicação social, enfatizando a área de recursos hídricos, traçando-se críticas e sugerindo-se alternativas para a efetividade desse conjunto de ações.

**Palavras-Chave:** Recursos hídricos; Meio ambiente.

## MEDIA AND ENVIRONMENTAL EDUCATION PROGRAMS

**ABSTRACT** – Environmental Education have gained more importance since Stockholm Conference, in 1972. Discussions about Environmental became more relevant since ECO 92. Media have a fundamental role to disseminate a global consciousness about environmental problems. We show a panorama about both themes, giving focus on water resources area. We too present some critics and suggestions for effectiveness of this set of actions.

**Key-Words:** Water Resources; Environment Education; Media.

---

<sup>1</sup> Professor Auxiliar da Universidade de Fortaleza; Doutorando em Recursos Hídricos, Universidade Federal do Ceará, bl 713, Campus do Pici, Av. Mister Hull, s/n; e-mail: mrp\_marcos@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestre em Eng. de Pesca, Universidade Federal do Ceará, bl 713, Campus do Pici, Av. Mister Hull, s/n; e-mail: sara\_engpesca@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Professor adjunto da Universidade Federal do Ceará, bl 713, Campus do Pici, Av. Mister Hull, s/n; e-mail: suetonio@ufc.br

<sup>4</sup> Professor adjunto da Universidade Federal do Ceará, bl 713, Campus do Pici, Av. Mister Hull, s/n; e-mail: marco@ufc.br

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo Ribeiro (2001) as discussões sobre o meio ambiente têm sua origem no início do século XX, quando o Reino Unido propôs uma conferência internacional sobre o controle da caça de animais silvestres. No entanto, uma preocupação maior teve lugar quando, em 1935, sobre o vale do rio Meuse (França), observou-se uma densa nuvem de poluentes. Nesse período foi observado um aumento na procura por serviços médicos devido a problemas respiratórios. O governo local, então, determinou a suspensão das atividades industriais na região, do que resultou uma diminuição nos problemas de saúde naquela população. Desde então passou-se a associar a poluição a danos à saúde da população humana.

Os problemas envolvendo o meio ambiente ganharam crescente notoriedade mundo afora. Essa notoriedade contou com um forte apoio dos meios de comunicação em geral, principalmente as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). A comunicação social tem então papel fundamental no processo de disseminação da informação sobre o meio ambiente.

Tem-se que o termo “*Educação Ambiental*” foi primeiramente usado em Paris, no ano de 1948, no encontro *União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)*. E em 1972, na *Conferência de Estocolmo*, a temática da Educação Ambiental foi inserida na agenda internacional, onde 113 países assinaram a “*Declaração da ONU sobre o Ambiente Humano*”. Mas somente em 1977, na *Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental*, em Tbilisi, na Georgia (ex-União Soviética), cuja organização ocorreu a partir de uma parceria entre a *UNESCO* e o *Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA)*, foi que foram deliberadas as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental que são adotados até hoje em todo o mundo (MEC, 1998; Secad/MEC, 2007). Desde então o assunto passou a ser debatido com mais frequência.

## 2. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### 2.1 Estudos de caso

No Brasil, vários são os programas/projetos de educação ambiental implantados em conjunto com técnicas de comunicação social. Visto que o acesso a informação e a divulgação desta são mais

efetivamente alcançados pelos seus meios de conversação com a comunidade.

Sabe-se que a maioria das instituições que promovem educação ambiental são públicas: órgãos federais, estaduais e municipais; escolas públicas de ensino médio e fundamental; e as universidades públicas (CARVALHO, 2005). Dentre alguns projetos bem sucedidos de comunicação social baseados na educação ambiental, promovidos pelo poder público, podemos citar a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) promove projetos de educação ambiental no uso racional de água, reciclagem de papel, tratamento de óleo, tratamento de água e esgotos, plantio de mudas, coleta seletiva de lixo, dentre outros. Alguns de seus programas são: "**Agente da Gente**" (cerca de 50 agentes comunitários realizam encontros, palestras e orientações sobre educação sanitária e ambiental); "**Abraço Verde**" (projeto de plantio de árvores); "**1 milhão de árvores no Cantareira**" (visa o plantio de 1 milhão de mudas nas áreas próximas às margens do Sistema Cantareira), "**Onda Limpa**" (despoluir as praias da Baixada Santista e do Litoral Norte de São Paulo); "**Vida Nova**" (promove a recuperação e proteção das fontes de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo em parceria com a Prefeitura de São Paulo); "**Reciclagem de Óleo de Cozinha**" (tem como objetivo estimular o aproveitamento do óleo de fritura); "**Tietê**" (um dos maiores programas de saneamento ambiental do Brasil, onde o objetivo é coletar e tratar os esgotos de cerca de 18 milhões de pessoas da Região Metropolitana de São Paulo); "**Córrego Limpo**" (o objetivo é recuperar córregos contaminados do Estado de São Paulo com a ajuda de mutirões comunitários realizam a limpeza de córregos. em parceria com ONGs"); "**Várzeas do Tietê**" (plantio de 63 mil árvores na Marginal Tietê). Além de colaborar com pesquisas de novas tecnologias voltadas à preservação, conservação e recuperação de recursos naturais desenvolvidos por vários pesquisadores e colaboradores (Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/sociedade-meioambiente/programas.aspx?secaoId=73>, em: 29/04/2011).

O IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas - uma fundação criada em 1992, possui atuação em sete grandes áreas do país: **Pontal do Paranapanema** (localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, visa proteger 247 mil hectares de florestas); **Nazaré Paulista** (implementa estratégias para o uso e a conservação de recursos socio-ambientais como a água e a Mata Atlântica); **Baixo Rio Negro** (promove projetos que visam à conservação da biodiversidade e a sustentabilidade socioambiental); **Superagui-Ariri** no Parque Nacional do Superagui (PR) (busca obter as primeiras informações biológicas que subsidiassem a conservação do mico-leão-da-cara-preta); **Pantanal**

(desenvolve a Iniciativa Nacional de Conservação da Anta Brasileira); **Buri** na bacia do rio Apiaí-Guaçu em São Paulo (desenvolve programas de Conservação para o Mico-leão-preto); **Pará** (estudos de quantificação dos estoques de carbono, diagnóstico sócio-ambiental, e envolvimento comunitário). O Instituto Ipê desenvolve dezenas de projetos ambientais nessas 7 regiões. Dentre os programas específicos atuantes em algumas dessas áreas, citamos: O “**Detetives ecológicos**”, um projeto que busca informações de campo sobre o tamanho populacional, estado de conservação genética e os padrões de dispersão de Onça-Parda, Onça-Pintada, Jaguaritica e Anta no Parque Estadual Morro do Diabo, bem como dos remanescentes florestais do Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo. O programa de educação ambiental “**Um Pontal Bom Para Todos**” integrado e baseado na biologia da conservação direcionada ao mico-leão-preto no Pontal do Paranapanema; e o “**As Águas Vão Rolar**”, que tem o patrocínio da Petrobras Ambiental e atende às necessidades básicas para uma reforma agrária sustentável nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, tendo como objetivo o reflorestamento de 700 hectares de áreas de reserva legal e matas ciliares em pequenas propriedades e assentamentos e a capacitação, assistência, educação ambiental e extensão agroecológica, para 400 participantes. (Disponível em: <http://www.ipe.org.br/projetos>, em: 29/04/2011).

Também há projetos organizados por instituições privadas. Dentre algumas delas citamos a Vale do Rio Doce criou em 2007 o projeto “**Vale Florestar**” a fim de promover o reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas e exóticas em parceria com o BNDES, dos fundos de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal (Funcef) e da Petrobras (Petros). Desde sua criação, já foram arrendadas 64 fazendas, totalizando uma área de 95 mil hectares. A Vale também, desde 2005, mantém o “**Projeto Felinos**” que monitora os hábitos destes animais que vivem dentro da Reserva Natural Vale, no Espírito Santo. E na Floresta de Carajás, no Pará, desenvolve o “**Programa de Conservação do Gavião-real**” que conta com a parceria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). A Vale desenvolve ainda outros projetos; possui e mantém reservas, parques e áreas protegidas; mantém convênios e parcerias com diversas universidades, bancos, empresas e instituições; criou o Instituto Tecnológico Vale (ITV) de pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologias; o Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável – ações apoiadas na conservação e uso sustentável dos recursos naturais com a melhoria das condições socioeconômicas regionais, e

que até 2010 já investiu cerca de R\$ 13,9 milhões em oito projetos; e a Fundação Vale – desenvolve atividades integradas – econômico, ambiental e social – em um processo sustentável, sistematizado e institucionalizado a fim de colaborar para o desenvolvimento da economia local, contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, estimular o empreendedorismo e a geração de trabalho e renda das comunidades (Disponível em: <http://www.vale.com/pt-br/sustentabilidade/biodiversidade/>, em: 29/04/2011).

Também podemos citar a Votorantim Metais (VM) do grupo Votorantim, que desenvolve desde janeiro de 2006 o “**Programa de Educação Ambiental da VM**”, nas comunidades de suas unidades de Vazante, Fortaleza de Minas, Juiz de Fora, Morro Agudo e Três Marias, localizadas em Minas Gerais, e na de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo. Este desenvolve uma cultura inspirada no princípio da sustentabilidade, promovendo atividades como treinamentos ambientais obrigatórios, calendários ecológicos, ações educativas, palestras e debates sobre temas socioambientais. Além disso, o programa inclui outros projetos menores, alguns até já premiados (Disponível em: <http://www.votorantim.com.br/>, em: 29/04/2011).

### 3. COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os meios de comunicação representam uma forte componente para a Educação Ambiental nas dimensões cultural, social, e econômica. Seja por meio de livros, panfletos, cartazes, ou por meio da Internet, são veiculadas não somente informações sobre o meio ambiente e sobre a melhor maneira disponível atualmente de lidar com o mesmo, mas também são transportadas culturas ambientais, comportamentos sociais e meios alternativos de exploração econômica.

É a Educação Ambiental que nos mostra que o Clube de Roma ao pregar, nos anos 1970, que a pobreza e a superpopulação eram as causas para um previsível colapso dos recursos naturais, estava sendo simplista e fatalista no seu “desenvolvimento zero”. Também estamos cada vez mais cientes de que os recursos naturais não são infinitos ou plenamente substituíveis como se acreditava. Mais ainda, há um claro despertar em todo o mundo para as questões ambientais.

O Relatório de Brundtland (1987) ao apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável, estabelece nossa responsabilidade para com as gerações futuras. Essa responsabilidade passa necessariamente pela Educação Ambiental, uma vez que as gerações futuras sofrerão influência

direta e indireta da educação para o meio ambiente que dispusermos hoje.

Se a formação social e cultural pode ser construída considerando valores ambientais, é também verdade que a própria atividade econômica pode ser moldada por esses valores. Mais e mais empresas buscam os chamados “selos verdes” porque sabem que os consumidores em potencial estarão atentos a essas atitudes.

A demanda por produtos ecologicamente corretos aumenta e isso faz com que os preços desses produtos aumentem. Sabe-se da Economia que preços altos atraem concorrência e, portanto, mais produtores dos ecologicamente corretos estarão no mercado, criando um ciclo virtuoso de uma economia pautada por valores éticos sobre o meio ambiente.

Em todas essas dimensões – social, cultural e econômica – é notável a indispensabilidade da comunicação social, modelando e sendo modelada pela Educação Ambiental, contribuindo para a construção de verdadeiras redes de conhecimento, e tendo papel decisivo na formação de uma nova sociedade, de uma nova cultura, e de uma nova economia.

#### 4. SUGESTÕES

##### *Teatro Verde Comunitário*

Considerando as dificuldades de leitura, de interpretação de mensagens globais disseminadas por meio de áudio e vídeo, a falta de acesso a tecnologias de informação e comunicação, sugerimos a criação de um “teatro verde comunitário” composto por pessoas das comunidades e fomentado pelo poder público, que poderia ser usado como veículo da educação ambiental, traduzindo para a linguagem daquelas comunidades as preocupações, os problemas e as atitudes requisitadas de cada indivíduo para que se tenha um ambiente equilibrado.

O teatro tem a vantagem da plasticidade, o que faz com que se possa abordar nele a temática ambiental com mensagens direcionadas a um público específico. O envolvimento de pessoas da própria comunidade traz o benefício do sentimento de pertencimento, que pode tornar a relação entre comunidade e meio ambiente mais próxima do cotidiano de cada indivíduo. Ainda pode ser mostrada a interdependência entre as localidades no que tange aos recursos naturais. As situações encenadas, retiradas do dia a dia dos componentes de uma comunidade, tem a força de causar o efeito de identificação.

Com a criação do “teatro verde comunitário”, espera-se a identificação dos indivíduos com os problemas relacionados ao meio ambiente, a participação efetiva dos membros de uma comunidade no sentido de adotar atitudes ambientalmente corretas, tornar-se mais consciente do seu direito a um meio ambiente equilibrado e livre de poluição.

## 6. BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Marta Teixeira do. **A Dimensão Ambiental na Educação Brasileira**. Revista espaço acadêmico nº 47 04/2005 – issn 1519.6186 ano IV.

BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é comunicação**. S. Paulo: Brasiliense, 2002 (27a. ed.). P. 12 a 29 e 35 a 41.

BRASIL. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, 1ª Edição. Brasília - DF, 1998.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Discutindo a educação ambiental a partir do diagnóstico em quatro ecossistemas no Brasil**. *Educ. Pesqui.*, maio/ago. 2005, vol.31, no.2, p.301-313. ISSN 1517-9702.

CNDA – Conselho Nacional de Defesa Ambiental. **Comunicação Social e Educação Ambiental para a Comunidade da Bacia do Sapiantã**. *Carta convite nº 36/05 – Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental para comunidade da Bacia do Sapiantã* – Prefeitura Municipal de Itapevi – São Paulo – *Contrato Administrativo nº 25/05*.

CORTEZ, Lucina Risério; CARVALHO, Carlos Alberto de; SANTOS, Geraldo Julião dos. **Comunicação ambiental - Uma nova dimensão para promover projetos de educação ambiental** – XXVIII Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria Y Ambiental – Cancún, Mexico, 2002.

FARIAS, Karynne Lemos; ANDRADE, Regina Célia Bastos de. **Educação Ambiental: O Manguezal No Ensino Fundamental**. Revista eletrônica Mestrado em Educação Ambiental. ISSN 1517-1256, v. 25, julho a dezembro de 2010.

LEI Nº 9.795/99 – **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília. 27 de abril de 1999.

LEI Nº 6.938/81 – **Política Nacional do Meio Ambiente**. Brasília. 31 de agosto de 1981.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3A. Edição, MMA. Brasília, 2005.

PAIVA – Projeto Reserva do Paiva – **Programa de Educação Ambiental**. Odebrecht Realizações

Imobiliárias Ltda. Pernambuco, 2007. Disponível em <http://www.reservadopaiwa.com>

PNAS – Programa Nacional de Águas Subterrâneas – Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Brasília, DF, 2009.

PRONEA – **Programa Nacional De Educação Ambiental**. 3ª Edição. Brasília. 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional**. 2a. Edição. Editora Contexto, São Paulo, 2008.

SECAD/MEC - Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil** - 166 páginas - Brasília - DF, 1998.

<http://pt.shvoong.com/exact-sciences/1636219-eia-rima-estudo-relat%C3%B3rio-impacto/#ixzz1LEhVKbnN>

<http://rizomas.net/cultura-escolar/material-didatico/biologia/262-como-se-faz-um-relatorio-de-impacto-ambiental-eia-rima.html>

<http://site.sabesp.com.br/site/sociedade-meioambiente/programas.aspx?secaoId=73>

<http://www.apromac.org.br/ea005.htm>

<http://www.cesan.com.br/news.php?extend.1118>

<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>

<http://www.ipe.org.br/projetos>

<http://www.licenciamentoambiental.eng.br/sobre-o-eiarima-estudo-de-impacto-ambientalrelatorio-de-impacto-ao-meio-ambiente/>

<http://www.mma.gov.br/port/conama>

<http://www.uniblog.com.br/alcantaralimpo/>

<http://www.vale.com/pt-br/sustentabilidade/biodiversidade/>

<http://www.votorantim.com.br/>